

REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR ASSUNTO: DO CURSO DE BIBLIOTECÁRIO ARQUIVISTA À LICENCIATURA, MESTRADO E DOUTORAMENTO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA.

*Representation of the information by subject: of the library course archivist to the
licensee, master and doctoral in information science of the University of Coimbra.*

Maria da Graça de Melo Simões

*Doutora em Ciência da Informação
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
gsimoes@fl.uc.pt*

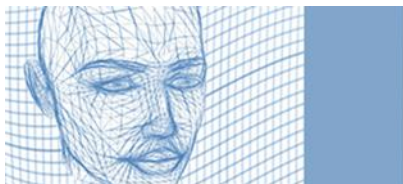
Resumo

A literatura da área de Ciência da informação atesta que a Representação por assunto é uma atividade ancestral no que se refere ao tratamento técnico dos documentos. É também um facto que desde sempre esta tarefa se foi ajustando aos paradigmas mentais que foram emergindo nos mais variados contextos histórico/culturais. Este estudo propõe apresentar uma breve síntese descritiva sobre a posição e a relevância da Representação da informação por assunto nesta área em Portugal, particularmente na Universidade de Coimbra. Para tal partiu-se de uma revisão de literatura baseada em artigos, essencialmente publicados após 2000, relevando-se, em particular, os autores portugueses. Foram ainda consideradas fontes documentais, tais como Diários do Governo e Diários da República, cujo conteúdo legitimou a criação institucional dos cursos e, documentos pertencentes aos arquivos da Secretaria da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com o propósito de se consultarem os planos de estudo e os conteúdos programáticos desta disciplina ao longo dos diversos cursos. Deste modo, foi possível analisar a dinâmica da Representação da informação por assunto, quanto à sua posição nos planos de estudos dos cursos considerados neste estudo.

Palavras-chave: Representação da informação por assunto; Universidade de Coimbra; Planos de estudos; Conteúdos programáticos.

Abstract

The Information Science literature confirms that the Subject indexing is an ancestral activity regarding the technical management of documents. It is also a fact that, this task has always been adjusted to the mental paradigms which have emerged in the most wide-ranging historical / cultural contexts. This study proposes a brief descriptive overview on the position



and relevance of Subject indexing in Portugal, particularly at the University of Coimbra. To this end we centered on a literature review focused on articles essentially published after 2000, thus highlighting Portuguese authors, in particular. We also considered information sources, such as Government Publications: Diários do Governo and Diários da República, which - through their content - legitimize the institutional Courses establishment. We reviewed documents belonging to the Faculty of Letters Registrar's Office at the University of Coimbra, in order to identify the Plans of Study and the Courses syllabus' contents, within the referred subject matter throughout several courses. This way, it was possible to analyze the dynamics of the Indexing in question and its situation within the curricula considered in this study.

Keywords: Subject indexing, University of Coimbra, Plans of study; Courses Syllabus.

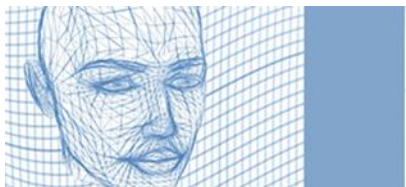
Resumen

La literatura del Área de Ciencias de la Información y Documentación afirma que la Representación por materias es una actividad ancestral por lo que se refiere al tratamiento técnico de los documentos. Asimismo, es un hecho que desde sus orígenes esta tarea se ha ido ajustando a los paradigmas mentales que han ido emergiendo en los distintos contextos histórico/culturales. Este estudio se propone presentar una breve síntesis descriptiva sobre la posición y la relevancia de la Representación de información por materias en esta área en Portugal, específicamente en la Universidad de Coimbra. Con esta finalidad se partió de una revisión de la literatura basada en artículos, principalmente publicados después del año 2000, atendiéndose particularmente a los autores portugueses. Igualmente se tuvieron en cuenta fuentes documentales, como son los Datos del Gobierno y los Diarios de la República, cuyo contenido legitimó la creación institucional de los estudios, además de documentos pertenecientes a los archivos de la Secretaría de la Facultad de Letras de la Universidad de Coimbra, con el propósito de consultar los planes de estudio y los contenidos de los programas de esta disciplina a lo largo de los distintos cursos. De este modo fue posible analizar la dinámica de la Representación de información por materias y su posición en los planes de estudio de los cursos considerados en este trabajo.

Palabras clave: Representación de la información por materias; universidad de Coimbra; Planes de estudios; Contenidos de los programas.

1 Breves considerações sobre representação da informação por assunto

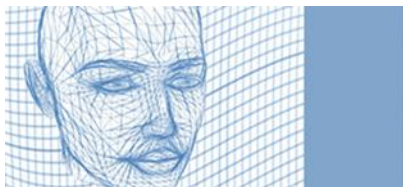
Falar de Representação da informação por assunto é falar num processo complexo e dicotómico. Primeiro, porque envolve um conjunto significativo de conceitos que imbricam uns nos outros, estabelecendo entre si relações de dependência, mas mantendo a sua autonomia concetual. Entre outros conceitos salientam-se os de análise concetual/representação concetual, termo/conceito e



linguagem natural/linguagem controlada (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO, 1985, 2011).

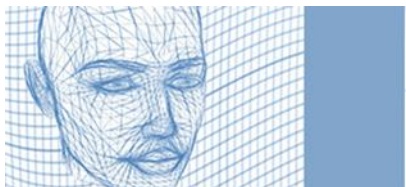
A Representação da informação por assunto encontra-se associada a outros conceitos que o contextualizam e o legitimam. São os seguintes: organização da informação, organização do conhecimento, linguagens documentais, acesso e recuperação da informação, sendo estes dois últimos a sua função. Representar a informação com o propósito de organizar o conhecimento produzido, de modo a tornar mais eficaz a sua apropriação e o seu uso foi um objetivo desde sempre almejado pelas sociedades (SOUZA, 1998).

A Representação da informação por assunto insere-se num contexto concetual mais amplo: a indexação por assunto, processo que consiste na análise e representação da informação (ISO, 1985). A representação da informação concretiza-se na atribuição de termos aos conceitos extraídos de um documento através de um processo de análise, recorrendo-se para tal a sistemas de representação do conhecimento, como os sistemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assunto, os tesouros, as taxonomias, os mapas conceituais e as ontologias (HODGE, 2000; LARA, 2015). Cumpre ao profissional da informação representar os conceitos dos documentos através de linguagens de indexação, controladas ou não com o fim de facilitar a localização e a recuperação da informação. Neste sentido, a representação da informação serve a organização intelectual do conhecimento, que se traduz no essencial na organização em conceitos, sistemas conceituais e teorias (HJORLAND, 2008). Considerada uma prática subjetiva, é reconhecida como um processo complexo, rigoroso e exigente para quem o executa, quer no que se refere à identificação e seleção do assunto, quer à representação do mesmo (ANDERSON; PÉREZ-CARBALLO, 2001; BELL, 1991; COATES, 2010). Dada a sua complexidade, exige do indexador competências técnicas, linguísticas, um bom conhecimento do domínio científico em causa e uma lógica cognitiva consistente (ANDERSON; PÉREZ-CARBALLO, 2001; FUJITA, 2004; SILVA; FUJITA, 2004).



A literatura da área mostra que a preocupação pela representação da informação por assunto é tida como uma das tarefas mais ancestrais no campo do tratamento documental (SKOLNIK, 1979; WITTY, 1973). No entanto, foi com a literatura científica (séc. XVII), e em especial com os periódicos, que se desenvolveu a prática da Representação da informação por assunto, imprescindível para a organização do conhecimento, necessária a um público cada vez mais especializado e ávido de informação pertinente.

A representação da informação por assunto consolida-se essencialmente no século XIX, dada a necessidade de recuperar a informação de um modo breve e célere (COLLISON, 1971) por um público que agora passa a ser produtor e simultaneamente consumidor. Neste contexto desenvolveu-se a elaboração de índices, catálogos e resumos. A prática de representar a informação era, ao tempo, de natureza basicamente operacional, assente em motivos pragmáticos, técnicas aleatórias e pontuais, parca em fundamentos teóricos, como comprova a reduzida bibliografia publicada neste período. As Regras do Catálogo-Dicionário de Charles Cutter, as classificações bibliográficas enciclopédicas e as listas de encabeçamentos de matérias elaboradas no último quartel do século XIX, inícios do XX, são testemunhos que atestam a necessidade de se construírem instrumentos reguladores de uma prática, exercida em particular em instituições patrimoniais. Estes recursos que formalizavam a representação da informação por assunto foram pensados numa cultura positivista, cujo propósito era, tão só, arrumar os documentos segundo uma ordem linear e uniforme em rígidos quadros epistemológicos, com o fim de os inventariar e conservar, e sem a preocupação de organizar a informação neles contida. O epicentro deste laborioso e complexo processo era o documento e não a informação. O discernimento de que a Representação da informação por assunto teria de ser entendida como uma prática assente em pressupostos epistemológicos e em princípios norteadores, que a conduzissem à elaboração de produtos tecnicamente harmonizados, que facultassem o acesso à informação e a permuta nacional e internacional da mesma

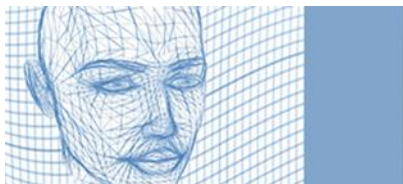


aconteceu apenas em meados do século XX. Porém, já Paul Otlet, no *Traité de Documentation* (1934) enfatizava uma observância documental integradora assente na teoria e na prática, orientada para a difusão, a partilha e a cooperação da informação. As tecnologias emergentes em meados do século XX e a tônica colocada no uso da informação foram fatores decisivos para esta mudança. Neste contexto, foram desenvolvidos e criados códigos, regras, normas e princípios, no âmbito da representação da informação descritiva e por assunto.

Atualmente num contexto pós-moderno pautado pelo desenfreado processo tecnológico e pela globalização, que se define, *grosso modo*, pelo hiperconsumo de bens e serviços, pela tecnologia “american way of life”, por uma sociedade urbana, pela desregulação, pela competição económica e pelo alucinante desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (MIRANDA, 2000), a Representação da informação por assunto teve de se ajustar a um novo paradigma resultante deste contexto: a Sociedade da informação.

Em teoria, a Sociedade da Informação ao presumir a igualdade e equidade às condições de acesso ao conhecimento, o que na prática está longe de ser alcançado (CASTELLS, 2002), levou a que os modelos, as técnicas e as estruturas de Representação da informação por assunto se alterassem. Assim, a par da afirmação de modelos de representação da informação/organização do conhecimento que privilegiam a informação estruturada (tesauros, ontologias e taxonomias), afirmam-se outros (folksonomias), que servem o comum dos utilizadores, despreocupados com a informação estruturada e defensores da indexação colaborativa. As características desta tipologia de utilizadores circunscrevem-se geralmente ao que é descontínuo, ao arbitrário, à não padronização do real, cujos horizontes se conformam ao mundo virtual, onde são produtores e consumidores de informação produzida quase sempre nas redes sociais e na maioria dos casos aleatória e sem substância,

O desenvolvimento de uma sociedade tecnológica, essencialmente a partir da década de 80, veio exigir do profissional da informação novas competências e

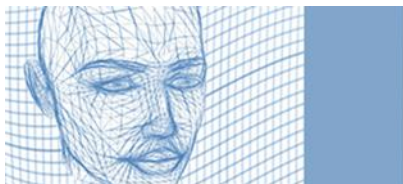


habilidades para exercer esta prática, de modo a poder acompanhar as alterações ocorridas no novo paradigma informacional, no qual se destacam o uso da informação e o domínio das tecnologias. Ao profissional da informação pede-se não só o domínio das técnicas de tratamento da informação, mas também e, sobretudo, que desenvolva estratégias orientadas para a formação de cidadãos, por forma a viabilizar a sua integração sustentável através da apropriação e do uso racional da informação. Assim, o propósito de desenvolver no profissional da informação um conjunto de competências segmentadas para a gestão dos fluxos de informação e do compromisso social tornou-se um importante referencial na formação deste tipo de profissional, na qual a representação da informação, em particular a, da informação *por assunto*, assume uma posição de destaque.

Daqui se infere que o exercício de uma boa prática da Representação da informação por assunto se encontra estritamente relacionado com as competências de quem o exerce, que por sua vez se encontra dependente da sua formação profissional.

2 A Representação da informação por assunto nos modelos formativos e planos de estudo: subsídios para uma análise crítica

A representação da informação, em particular a, da informação por *assunto* encontra-se indissociável da formação do profissional que a exerce. No que respeita ao período compreendido entre o século XIX e meados do século XX, a Representação da informação por assunto foi exercida por bibliotecários e arquivistas. A sua formação foi essencialmente produzida nas bibliotecas e nos arquivos patrimoniais, escolas por excelência deste tipo de profissionais, tanto na Europa como nos Estados Unidos da América do Norte. Neles, ministrava-se um ensino vazio da componente científica e epistemológica e privilegiava-se a tecnicista/profissional. Apesar de apresentarem matrizes de base empirista, começaram a desapontar pela Europa escolas preocupadas com o ensino profissional e contínuo desta prática. É caso paradigmático o da École Nationale de



Chartres (1821; Paris)¹. Centrada nas questões da conservação do património, exerceu uma enorme influência em toda a Europa, especialmente no domínio dos arquivos (SILVA; RIBEIRO, 2008). Como refere (RIBEIRO, 2006), ao longo deste período a formação dos profissionais da informação não era de cariz universitário, excetuando-se os casos das Universidades de Bolonha e Macerata (Itália) e o da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Na segunda metade do século XX, na maioria dos países europeus, entre os quais Portugal, a formação era ministrada pelas associações profissionais de bibliotecários e/ou arquivistas em instituições do ensino superior ou nas próprias associações profissionais, sendo característica comum em qualquer das formações a diversidade de graus académicos e de planos curriculares (RIBEIRO, 2006). Interessa referir que, até à década de 1960, independentemente da heterogeneidade dos objetivos e da diversidade de modelos existentes, havia uma característica que lhes era transversal: possuíam um enfoque eminentemente patrimonialista, historicista e tecnicista (SILVA; RIBEIRO, 2008). É neste contexto que são ensinadas as práticas da Representação da informação por assunto, que na verdade eram técnicas de representação documental, já que o enfoque era o documento, e muito rudimentares.

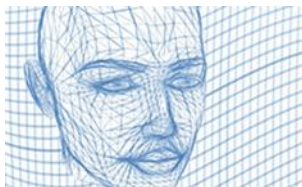
A partir da década de 1970 começam a ser consideradas nos planos de estudo questões que extravasam os conteúdos tradicionais da arquivística e da biblioteconomia que, de um modo geral, se centravam no ensino das técnicas documentais, cujo intuito era organizar a documentação, sem grandes preocupações do uso da informação nela contida. Temas como a gestão da informação, questões relacionadas com as novas tecnologias e com a sociedade da informação começam a integrar a estrutura curricular destes cursos. Neste contexto, surgem novos cursos cuja nomenclatura denuncia tais alterações. É o caso da *Information Management* e da *Information Science*. Com a emergência das áreas da *Library and Information Science* e da *Library and Information Studies*, a organização do conhecimento (KO), na qual se integra a Representação da informação por assunto, assume uma posição de destaque quer no contexto profissional (prática), quer no contexto teórico

Simões, Maria da Graça de Melo. Representação da informação por assunto: do curso de bibliotecário arquivista à licenciatura, mestrado e doutoramento em ciência da informação na Universidade de Coimbra.

I EnReDo – Encontro de Representação Documental – 2017

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos / SP / Brasil



e epistemológico, aspetos desenvolvidos essencialmente nos cursos universitários. No relatório *La formation des spécialistes de l'information pour les années 1970* (SCHUR, 1973), elaborado sob os auspícios da OCDE que tinha por objetivo a harmonização dos planos de estudo, são elencadas as disciplinas que deveriam constituir a base dos currículos dos cursos de Ciência da Informação num conjunto de escolas norte-americanas. Nele destacam-se três disciplinas relativas à representação da informação, duas das quais estão associadas à Representação da informação por assunto: Análise e Indexação.

Pelo exposto conclui-se que até aos meados do século XX, na maioria dos países europeus e nos Estados Unidos da América, a Representação da informação por assunto, à semelhança de outras matérias dos planos curriculares dos cursos de formação de profissionais da informação, se encontrava prisioneira de um modelo de ensino conformado no paradigma positivista, que privilegiava o patrimonialismo e o tecnicismo empirista.

3 O desenvolvimento dos planos de estudo relativos à Representação da informação por assunto: o caso da Universidade de Coimbra.

A posição da Representação da informação por assunto nos planos de estudo dos cursos ministrados na Universidade de Coimbra, em particular até à década de 80, quer a nível de estrutura, quer a nível de conteúdos, reflete a (não) evolução que se observou desde a criação do primeiro Curso de Bibliotecários e Arquivistas em Portugal, cujo objetivo era a formação destes profissionais. Daí que se torne pertinente apresentar uma breve resenha sobre a criação e o desenvolvimento dos planos de curso dos modelos formativos que o antecederam (ver: quadro 1).

Quadro 1: Disciplinas técnicas nos Cursos de Bibliotecários e Arquivistas em Portugal (1887-1935)

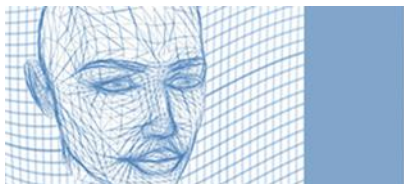
1887: Curso de <i>Bibliothecário-archivista</i> – Torre do Tombo e Biblioteca Nacional (2 anos)	1901: reforma do curso de 1887 (3 anos)	1913: Curso Superior de <i>Bibliothecário-archivista</i> - Universidade de Lisboa (3 anos)	1931: Curso Superior de Bibliotecário-archivista - Inspeção das Bibliotecas e dos Arquivos (2 anos)	1935: Curso de Bibliotecário-Arquivista - Universidade de Coimbra (2 anos)
Bibliologia	Bibliologia	Bibliologia	Bibliologia	Bibliografia

Simões, Maria da Graça de Melo. Representação da informação por assunto: do curso de bibliotecário arquivista à licenciatura, mestrado e doutoramento em ciência da informação na Universidade de Coimbra.

I EnReDo – Encontro de Representação Documental – 2017

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos / SP / Brasil



Diplomática	Diplomática	Diplomática	Diplomática	Diplomática
Numismática	Numismática	Numismática	Numismática	Numismática
	Paleografia	Paleografia	Paleografia	Paleografia
			Biblioteconomia	Biblioteconomia
			Esfragística	Esfragística
			Arquivologia	Arquivologia
			Arquieconomia	Arquieconomia
			Medalhística	
			Iconografia	
			Iluminura	

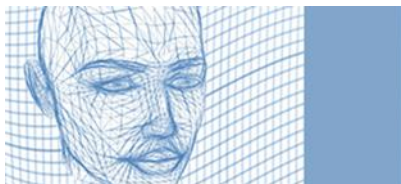
Pelo Decreto de 29 de Dezembro de 1887² é instituído, em Lisboa, o primeiro curso de formação de bibliotecários e arquivistas, com o nome de *Bibliothecário-archivista*. Este curso tinha a duração de dois anos, e as disciplinas que o compunham eram ministradas no Curso Superior de Letras³ e as disciplinas de carácter técnico no Real Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional (ver quadro 1).

Com a reforma operada pelo Decreto de 28 de Dezembro de 1901⁴ o curso passou para três anos, observando-se um aumento do número de disciplinas, de acordo com o mesmo decreto, circunstância que, segundo (SILVA; RIBEIRO, 2008) irá reforçar a sua matriz historicista e patrimonialista, e que pouco tem a ver com a função para a qual foi criado⁵. As cadeiras técnicas (ver quadro 1), ainda lecionadas no Arquivo da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, são divididas pelos três anos do curso.

Pouco tempo após a criação da Faculdade de Letras de Lisboa, em 1911, o curso é transferido para esta instituição de ensino, considerando-se a partir desta transferência um curso de nível superior - o Curso Superior de *Bibliothecário-archivista*. O curso continua a ter a duração de três anos e as disciplinas técnicas continuam a ser as instituídas pelo Decreto de 28 de Dezembro de 1901, o mesmo acontecendo com a sua distribuição⁶ (ver quadro 1).

Sob a tutela da Inspeção das Bibliotecas e dos Arquivos, Decreto nº 19952 de 27 de Junho de 1931, é criado o Curso Superior de Bibliotecário-arquivista, com a

Simões, Maria da Graça de Melo. Representação da informação por assunto: do curso de bibliotecário arquivista à licenciatura, mestrado e doutoramento em ciência da informação na Universidade de Coimbra.

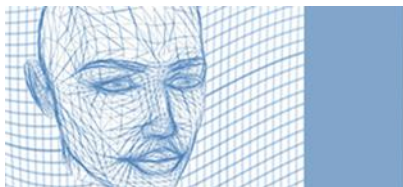


duração de dois anos. Como se pode depreender esta alteração veio reforçar as disciplinas técnicas, consolidando-se, deste modo, a sua natureza tecnicista e profissionalizante, pois, este curso tinha sido criado para formar técnicos profissionais, sob a tutela de um organismo de natureza técnico-profissional. Deste modo, o Arquivo da Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional continuam a ser as instituições nas quais se ministram as cadeiras técnicas (ver quadro 1).

Em 1935 com o Decreto-lei nº 26.026 de 7 de Novembro, o curso regressa à tutela universitária, desta vez à Universidade de Coimbra, onde é criado o Curso de Bibliotecário Arquivista e, onde funcionará, em regime de exclusividade, perto de 60 anos. Segundo o referido decreto, a escolha prende-se com o facto de esta Universidade ter associada a si uma biblioteca, um arquivo e um museu de arte, ter tradição no ensino de disciplinas subsidiárias da história (PINTO, 2008) e ter um corpo técnico especializado (MARCOS, 2016). O curso tinha a duração de dois anos e um estágio final de seis meses, podendo candidatar-se a ele licenciados em qualquer área do conhecimento (RIBEIRO, 2006), funcionando, assim, como um curso de pós-graduação. Ao contrário do padrão ocorrido desde o primeiro curso (1887), onde se observou um aumento gradual das disciplinas técnicas (ver quadro 1), neste verificou-se a diminuição de três destas disciplinas continuando, porém, o seu plano de estudos a ser vincadamente técnico.

4 Curso de Especialização em Ciências Documentais

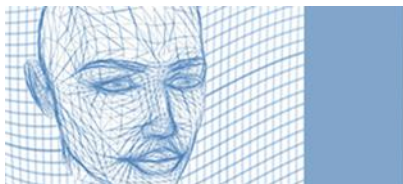
É este modelo, de matriz vincadamente patrimonialista e tecnicista, nas palavras de (SILVA; RIBEIRO, 2008) que irá manter-se até aos anos 80. Este plano de estudos primou pela ausência de disciplinas de natureza epistemológica e tecnológica, conteúdos já integrados nos planos de estudo de alguns cursos europeus e norte-americanos, desde a década de 60. Apesar de este curso se centrar no tratamento técnico do documento, as questões relacionadas com a Representação da informação por assunto, eram tratadas de um modo incipiente na disciplina de Biblioteconomia, não tendo ainda ganho uma emancipação



programática. A articulação das questões técnicas com as necessidades de informação, que emergiam no novo paradigma da Sociedade da Informação, à época, já em consolidação era inexistente. O divórcio entre estas duas realidades era uma evidência.

O desajustamento deste modelo formativo às alterações socioeconômicas e culturais, e sobretudo o desenvolvimento das tecnologias da informação observados ao longo da década de 70, que exigiam um profissional da informação formado neste novo contexto, para responder às novas solicitações do mesmo, concorreram para a sua extinção e, simultaneamente, para a criação de um novo curso. Pelo Decreto-Lei 87/82 de 13 de Julho foi instituído o Curso de Especialização em Ciências Documentais (CECD). O preâmbulo deste decreto é explícito ao referir o desajustamento entre o plano de estudos do antigo curso e as novas realidades. Para o solucionar destaca a premência de formar profissionais qualificados no âmbito das Ciências Documentais, cujo objetivo seria: conceber, planificar, gerir, explorar, manter serviços de documentação e informação, de biblioteca e arquivo, ao mesmo tempo que refere o papel da informação na sociedade como fator de desenvolvimento. Determina a necessidade de se criarem infraestruturas na área dos serviços de documentação, biblioteca e arquivo, bem como a formação de quadros com capacidade de utilizar e desenvolver sistemas de informação⁷. Para dar continuidade a este decreto em 1983 é criado o (CECD) nas Universidades de Coimbra e de Lisboa, e em 1985 na Universidade do Porto. Na Universidade de Coimbra este curso manteve-se ativo até ao ano letivo de 2010/2011⁸. A Portaria nº 443/83 de 19 de Abril, que criou este curso na Universidade de Coimbra, trouxe alterações significativas. Entre outras, permitia aos estudantes, no segundo ano, optarem por uma das duas opções: Arquivo ou Biblioteca e Documentação. O primeiro ano era de tronco comum às duas vertentes⁹. Acredita-se que tal alteração fragmentou uma unidade que, em termos epistemológicos e práticos, teria tido um impacto mais positivo na formação deste tipo de profissionais, se os dois segmentos se tivessem mantido unidos. O curso continuou a ter a duração de dois anos, sendo

Simões, Maria da Graça de Melo. Representação da informação por assunto: do curso de bibliotecário arquivista à licenciatura, mestrado e doutoramento em ciência da informação na Universidade de Coimbra.



requisito para a inscrição nele que os estudantes possuísem uma licenciatura o que levava a que fosse considerado um curso de pós-graduação. Como o próprio nome indica, é um curso de natureza eminentemente técnica, embora contenha disciplinas de natureza tecnológica, gestão e organização, e ainda uma disciplina de Sociologia da Informação, o que denuncia a preocupação pelas questões relacionadas com a informação no seio da sociedade. Observa-se a autonomia de algumas áreas, entre as quais destacamos a Representação da informação por assunto, que é tema de duas disciplinas: Indexação por assunto I e Indexação por assunto II, ganhando, deste modo, uma posição de destaque, ao ser considerada uma área obrigatória e de frequência anual. Era obrigatória no 1º ano (tronco comum) e na opção Biblioteconomia e Documentação no 2º ano. Tal relevo é ainda observado no número de ECTS que lhes são atribuídos, apenas igualada pela disciplina de Catalogação. Na opção Arquivo esta matéria encontra-se diluída na disciplina de Arquivologia. O facto de esta área ser ministrada por bibliotecários e arquivistas perde pela ausência de uma abordagem epistemológica e científica, apanágio de um curso universitário, ao contrário do que se observava em outras matérias lecionadas no mesmo curso, estas, porém, a cargo de professores universitários. Embora o curso tenha perdido no que respeita a este tipo de abordagem, ganhou no que respeito aos aspetos técnicos, pelo facto de estes serem lecionados pelos bibliotecários e arquivistas da Biblioteca Geral e do Arquivo da Universidade, respetivamente.

Relativamente aos conteúdos programáticos da área da Representação da informação por assunto (Indexação I e II)¹⁰, como já foi referido, na década de 1980 eles encontravam-se focados, nos aspetos técnicos e metodológicos.

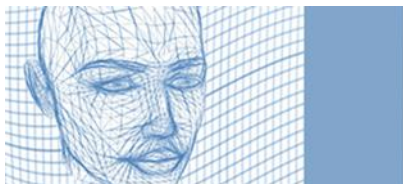
Apesar de contemplarem um ponto prático (ver ponto 3 da Indexação II, quadro 2), caracterizam-se por apresentarem essencialmente uma componente teórico-metodológica, sendo, contudo, o seu ensino orientado para uma prática profissional. Na linha teórico-metodológica é considerada a introdução à filosofia

Simões, Maria da Graça de Melo. Representação da informação por assunto: do curso de bibliotecário arquivista à licenciatura, mestrado e doutoramento em ciência da informação na Universidade de Coimbra.

I EnReDo – Encontro de Representação Documental – 2017

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos / SP / Brasil



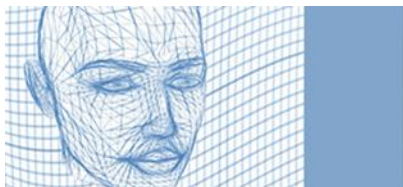
subjacente aos princípios orientadores do processo de Indexação, destacando-se nesta orientação os *Principes d'indexation* da UNISIST (1975).

Quadro 2: Conteúdos programáticos da área da Representação da informação por assunto do plano do Curso de Especialização em Ciências Documentais

Década de 80	Década de 90
Indexação I 1. Índices e sua função 2. Indexação em sentido lato: definição, finalidade, tipos e aplicações no campo das ciências documentais 3. Indexação por assunto 3.1 Reconhecimento dos conceitos: descrição do conteúdo de um documento, metodologia e análise; 3.2 Representação dos conceitos: tipos de linguagem, princípios e metodologias para a sua construção	Indexação I 1. Indexação: noção de índice 2. Fases do processo de indexação: sua compreensão à luz do binómio conceito/termo. As normas NP 3715: 1989 (ISO 5963:1985) e NP 4036:1992 (ISO 2788:1986). Reconhecimento dos conceitos e representação dos mesmos, respetivamente 2.1 Tipos de linguagens e inconvenientes; Linguagem controlada e linguagem natural; Linguagem e comunicação da informação; 3. Tipos de linguagens (controladas e naturais); categoriais e combinatórias 4. Tesauros. Métodos de construção e formas de apresentação
Indexação II 1. Linguagens combinatórias: perspectivas e contributo para a evolução no campo das linguagens documentais 2. Instrumentos de apoio: listas e tesauros: princípios e métodos para a construção de um tesouro 3. Prática	Indexação II 1. Características das linguagens categoriais. Vantagens. Classificação e arrumação 2. Estudo teórico-prático da Classificação Decimal Universal (CDU) 3. Inconvenientes das classificações. Limites impostos à sua utilização 4. Tipos de linguagens categoriais 5. Complementaridade dos dois tipos -base de linguagens: combinatórias e categoriais 6. Avaliação da qualidade da indexação

Outra observação a ter em conta é a inexistência de conteúdos relacionados com a aplicação da informática, sendo esta vertente transferida para outras disciplinas do curso: a de Informática aplicada a bibliotecas e tecnologias documentais.

No início da década de 90 (ano letivo de 1989/1990) verificaram-se algumas alterações nos conteúdos. No primeiro ano é introduzido o estudo das Normas NP 3715 (ISO 5963) e da NP 4036 (ISO 2788), em particular no que se refere à sua análise crítica, conferindo uma importância assinalável às questões de normalização no processo de Representação da informação por assunto. Ganha também



relevância o estudo das linguagens combinatórias, em especial o dos tesouros. Relativamente a este tipo de linguagem de indexação são analisadas as suas linhas teórico-metodológicas e as suas relações semânticas, centrando-se esta matéria na informação estruturada.

No segundo ano (Indexação II) é introduzido o estudo das linguagens categoriais, com particular incidência para a Classificação Decimal Universal, no que respeita aos princípios teóricos e práticos. Ao longo deste período é notável o investimento que foi feito nas questões de Representação da informação por assunto, em particular no que respeita às linguagens de indexação, destacando-se o estudo dos seus objetivos e função. Estes conteúdos irão prevalecer até à criação da Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica, em 2004-2005. A incidência nestes conteúdos programáticos tem a ver com a política encetada pelo Governo nos anos 90 relativamente ao investimento nas bibliotecas e arquivos, em particular no que respeita à criação das bibliotecas públicas (municipais).

5 Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica

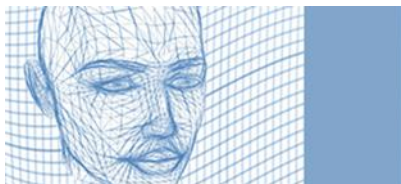
A criação da Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica (CIAB) na Universidade de Coimbra resultou de um conjunto de fatores de entre os quais se releva o papel da informação na sociedade da informação, a evolução do quadro epistemológico e metodológico da Ciência da Informação, as diversas experiências de formação universitária em outros países e as potencialidades pedagógicas e científicas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde foi criado. Interessa ainda referir, como ponto crucial, as discussões sobre os objetivos e problemas científico-pedagógicos do Curso de Especialização em Ciências Documentais, a funcionar nesta instituição há mais de 60 anos. É neste quadro que é criada a Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica, pelo Decreto-lei 157 (2ª série) de 17 de Agosto de 2005¹¹. À semelhança das outras licenciaturas, este curso é lecionado em

Simões, Maria da Graça de Melo. Representação da informação por assunto: do curso de bibliotecário arquivista à licenciatura, mestrado e doutoramento em ciência da informação na Universidade de Coimbra.

I EnReDo – Encontro de Representação Documental – 2017

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos / SP / Brasil

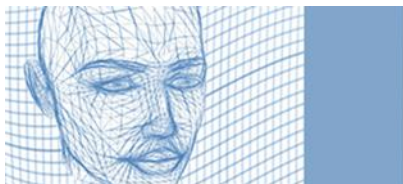


quatro anos, podendo o aluno/a optar no último ano (2º semestre) por um estágio curricular ou por disciplinas da área de opção. Entre outras mais-valias salienta-se que este curso trouxe consigo uma visão integralista e interdisciplinar da área, ao considerar e articular um conjunto de áreas disciplinares relacionadas com o domínio considerado – a Ciência da Informação. Neste plano, a Representação da informação por assunto era ministrada no 3º e 4º anos, num total de quatro disciplinas: Análise e Representação da informação I; Análise e Representação da informação II; Análise e Representação da informação III e Análise e Representação da informação IV.

Quanto aos conteúdos programáticos, assim como aos seus objetivos, orientavam-se no sentido de facultar aos estudantes um conjunto de conhecimentos técnico-científicos e metodológicos sobre análise documental e linguagens de indexação (livres e controladas), que lhes garantissem uma formação sólida, de modo a torná-los autónomos no exercício da profissão. No plano programático é introduzida uma disciplina sobre avaliação da qualidade do processo de indexação, em especial no que respeita ao *input* da informação por assunto, sendo focada nela alguns aspetos gerais. Os conteúdos revelam que se trata de uma licenciatura para formar alunos com perfil técnico-profissional nesta área do conhecimento, em particular bibliotecários e documentalistas (ver quadro 3).

Quadro 3: Conteúdos programáticos da área da Representação da informação por assunto do plano da Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica (2004-2006)

Análise e Representação da informação I	Análise e Representação da informação II
1. Introdução à análise documental: objetivos e função. 2. Princípios subjacentes à análise documental. 3. Aplicação de métodos e técnicas de análise a diversas situações. 4. Análise da NP 3715:1989: estrutura e conteúdo.	1. Linguagens de indexação 2. Tipos de linguagens de indexação (livres e controladas) 2.1 Linguagens livres: caraterísticas, objetivos e função; 2.2 Linguagens controladas: Tipologias, caraterísticas, objetivos e função; 3. Linguagens categoriais: caraterísticas, objetivos e função 3.1 Estudo da Classificação Decimal Universal (CDU)
Análise e Representação da informação III	Análise e Representação da informação IV
1. Linguagens vocabulares 1.1 Linguagens vocabulares controladas; 1.1.2 Lista de encabeçamentos de matérias: fundamentos e caraterísticas gerais,	

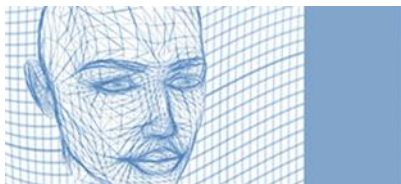


composição e orientações metodológicas para a sua construção; 1.1.3 Lista da Biblioteca do Congresso (LCSH): elementos de sintaxe e semântica 1.2 Tesouros: fundamentos e características gerais, composição e orientações metodológicas para a sua construção; 1.2.1 Análise da NP 4036:1992: estrutura e conteúdo	1. Definição e função da avaliação do processo de indexação 2. Procedimentos a ter em conta na recolha de dados para avaliação. 3. Critérios e indicadores de qualidade no processo de indexação
--	--

No ano letivo de 2007/2008, para atender às recomendações da Declaração de Bolonha (1999) que determina uma reforma substancial do ensino superior no espaço europeu, o plano de estudos é adaptado a esta exigência (Despacho nº 17628/2005). No essencial, o Curso de Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica passa a ser lecionado em três anos, sendo as disciplinas do plano de estudos integradas em áreas científicas estipuladas no Euro-referencial I-D¹². Neste quadro de domínios de competências cabe às unidades curriculares da área da Representação da informação por assunto o domínio de competências - Informação (I). Apesar da redução do horário letivo, a área da Representação da informação continua a ser uma das áreas preponderantes do curso, sendo lecionada no 2º e 3º anos, em quatro disciplinas semestrais. Outro dado importante tem a ver com o facto de esta área se inserir no domínio *cour* do curso, aquele que apresenta maior peso no plano curricular (65 ECTS)¹³, conferindo-lhe uma posição de destaque.

Naturalmente, esta alteração concorreu para que tivessem de fazer ajustamento nas nomenclaturas de algumas disciplinas, criação de novas e ajustamentos de conteúdos nas que se mantiveram.

Deste modo, e no que respeita à Representação da informação por assunto, embora, não se observando ruturas concetuais nos seus conteúdos programáticos, verificaram-se alterações na nomenclatura de algumas disciplinas e incorporação de novos conteúdos, como é o caso da introdução ao estudo dos resumos documentais (ver quadro 4).



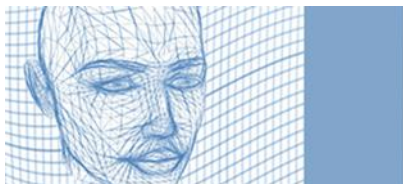
Quadro 4: Conteúdos programáticos da área da Representação da informação por assunto do plano da Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica (2007-2014)

Análise Documental (AD): Princípios e metodologias	Análise e avaliação de linguagens pré e pós-coordenadas
I - Fundamentos teóricos 1. Origem; definição, objeto, objectivos. 2. Ciências auxiliares da AD 3. Princípios subjacentes à AD	1. Considerações gerais sobre o papel da avaliação das linguagens pré e pós-coordenadas 2. Linguagens pré e pós-coordenadas: caraterísticas e função na recuperação da informação 3. Procedimentos a ter em conta na recolha de dados para a sua avaliação 4. Critérios e indicadores de qualidade no processo de avaliação deste tipo de linguagens documentais
II - Métodos e técnicas 1. Aplicação de métodos e técnicas de análise 2. Análise da NP 3715 (1989): estrutura e conteúdo 3. AD e as novas tecnologias; Procedimentos tecnológicos na sua execução 4. Produtos da AD	Representação da informação: Linguagens vocabulares
Representação da informação: resumos e linguagens codificadas	1. Linguagens vocabulares: definição, caraterísticas, função e tipologia. 2. Linguagens livres: definição, caraterísticas, objetivos e função 3. Linguagens controladas: definição: caraterísticas, objetivos e função 4. Tesouros: definição: caraterísticas, objetivos e função 5. Composição: aspetos sintáticos, morfológicos e semânticos 6. O tesouro em ambientes digitais 7. Norma ANSI/NISO Z39.19:2005(v. 2010): guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies: análise crítica. 8. Introdução ao estudo geral das novas estruturas de organização do conhecimento criadas em ambientes de inteligência artificial: taxonomies, ontologias.
I - Resumos documentais 1. Resumo documental: origem; definição, objeto, objetivos 2. Princípios gerais teóricos a considerar na operação de resumir 3. Procedimentos a considerar na elaboração de um resumo (Norma ANSI/NISO Z39.14-1997 (2010) 4. Resumo como produto (Tipologia, estrutura e apresentação)	
II - Linguagens codificadas 1. Breve apontamento histórico 2. Noção de classificar e de classificação 3. Linguagens categoriais: definição, caraterísticas e tipologias (conteúdo e estrutura) 4. Classificação Decimal Universal (CDU): fundamentos e estrutura. Aplicação prática	

Com estas alterações procuraram ajustar-se os conteúdos às novas exigências dos profissionais da informação, aos quais lhes são solicitadas cada vez mais competências técnicas aliadas ao uso da informação, assim como o articular dos conteúdos desta área com os das outras unidades curriculares.

6 Licenciatura em Ciência da Informação

Sob proposta da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e, no âmbito da Reforma de Oferta Formativa da Faculdade de Letras (2 de Fevereiro de 2014), é aprovado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior um

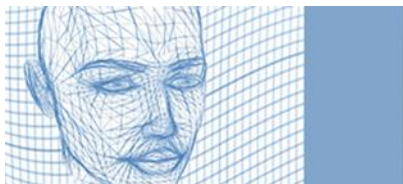


novo curso, com o nome de Ciência da Informação (Despacho nº 8342/2013). Para se ajustar aos objetivos desta Reforma o plano de estudos é novamente alterado. A área da Representação da informação por assunto sofre também modificações no que respeita às unidades curriculares e aos conteúdos. São introduzidas duas novas unidades curriculares: Organização da informação em bibliotecas e Laboratórios de representação de conteúdos. As unidades curriculares Representação da informação: linguagens vocabulares e Representação da informação: resumos e linguagens codificadas mantêm-se com os programas quase inalterados, embora, nesta última, se introduza o estudo das novas estruturas de organização do conhecimento desenvolvidas em ambientes de inteligência artificial: ontologias, taxonomias e folksonomias (ver quadro 5).

Quadro 5: Conteúdos programáticos da área da Representação da informação por assunto do plano da Licenciatura em Ciência da Informação (2015-...)

Organização da informação em bibliotecas
1. Organização da informação em bibliotecas: conceptualização e contextualização 2. Descrição bibliográfica e controlo de autoridade: princípios e metodologias 3. Análise documental: princípios e metodologias (NP 3715 (1989): estrutura e conteúdo) 4. Representação da informação por assunto: princípios e metodologias
Laboratórios de representação de conteúdos
1. Conceptualização e contextualização das linguagens documentais no que concerne ao processo e sistemas de indexação 2. Caracterização conceptual dos referenciais metodológicos considerados nesta matéria 3. Tipologia das técnicas, modelos e instrumentos relativos a cada abordagem metodológica a usar na operacionalização de cada tipo de linguagem documental
Representação da informação: linguagens vocabulares
Aprofundamento do estudo das estruturas de organização do conhecimento desenvolvidas em ambientes de inteligência artificial: ontologias, taxonomias e folksonomias, o programa manteve-se no geral inalterado (ver quadro 4)
Representação da informação: resumos e linguagens codificadas
No geral o programa manteve-se igual ao anterior (ver quadro 4)

Quanto às novas unidades curriculares, no que respeita à disciplina Organização da informação em bibliotecas são lecionados alguns conhecimentos gerais sobre Representação da informação descritiva, encontrando-se a maior parte dos conteúdos focados na Análise documental; são também mencionados, de forma breve, algumas noções de linguagens de indexação.



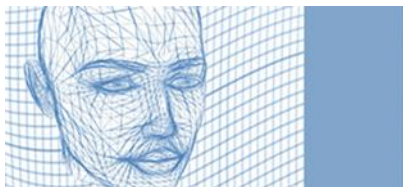
No que diz respeito à unidade curricular Laboratórios de representação de conteúdos, tal como se infere pela própria designação, nela são ministradas aulas de índole prática sobre a aplicação de linguagens de indexação, e outros aspetos de natureza prática relacionados com a representação dos conteúdos.

As alterações sucessivas verificadas na estrutura curricular deste curso, em particular nos conteúdos programáticos desta área disciplinar, foram no sentido de o ajustar às novas dinâmicas sociais e tecnológicas observadas ao longo do tempo, como poderá verificar-se pela análise sucinta baseada nos dados dos quadros apresentados.

Um primeiro ponto a registar prende-se com a introdução de uma unidade curricular que contempla os resumos científicos no que concerne aos fundamentos e princípios metodológicos relativos à sua elaboração. Tal circunstância tem a ver com a relevância que este recurso documental passou a ter nas bases de dados e na literatura científica, em particular na seleção e divulgação da mesma, nomeadamente a partir deste século. Esta unidade curricular foi introduzida no primeiro ano letivo da Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica, 2007-2008, continuando até à atualidade.

Outro aspeto a tomar em linha de conta é a presença do estudo das normas já consideradas no Curso de Especialização em Ciências Documentais, cujo saber aparece reforçado nas licenciaturas. Tal circunstância deve-se ao facto da importância dos princípios metodológicos no processo de indexação, na medida em que sua aplicação conduz à elaboração de produtos de informação com qualidade, imprescindíveis, entre outros casos, à migração de dados, num contexto de interoperabilidade.

Um outro ponto de relevância é a introdução ao estudo teórico das estruturas de organização do conhecimento criadas em ambientes de inteligência artificial a partir da Licenciatura em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica, 2007-2014, continuando, o seu estudo, até à atualidade. A observância destas temáticas deve-se à importância que a informação estruturada e a indexação



colaborativa começaram a ganhar desde o início do século XXI em ambientes digitais.

Por último, importa referir que ao longo do percurso das licenciaturas consideradas se assiste à transferência de conteúdos programáticos de algumas unidades curriculares para outras, como é o caso da unidade curricular Análise e avaliação de linguagens pré e pós-coordenadas, (Licenciatura da Ciência em Informação Arquivística e Biblioteconómica, 2007-2014), em que parte dos conteúdos passou para a unidade curricular Laboratórios de representação de conteúdos (2015- ...).

7 Mestrado e doutoramento

A procura de um maior aprofundamento dos conteúdos, em particular o reforço de uma componente teórica e crítica, que permita compreender e analisar as complexidades da Representação da informação por assunto, por forma a dar resposta às questões informacionais da sociedade contemporânea em geral, e às exigências profissionais, que obrigam a um saber-fazer especializado, assim como às exigências da investigação científica, concorrem para que esta área seja contemplada no 2º e 3º ciclos. Salienta-se que a Representação da informação por assunto aparece nos planos de estudos destes ciclos na principal da área.

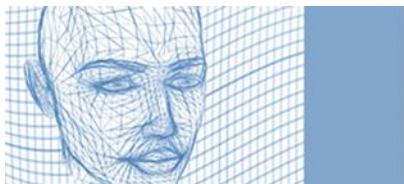
Assim, no plano de estudos do primeiro mestrado da área da Ciência da Informação ministrado na Universidade de Coimbra, sob a designação Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media¹⁴, os temas que se prendem com a Representação da informação por assunto são abordados na unidade curricular Organização da informação e do conhecimento digital, como se intui do próprio nome, sendo a Representação da informação por assunto abordada essencialmente em contextos digitais.

Simões, Maria da Graça de Melo. Representação da informação por assunto: do curso de bibliotecário arquivista à licenciatura, mestrado e doutoramento em ciência da informação na Universidade de Coimbra.

I EnReDo – Encontro de Representação Documental – 2017

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos / SP / Brasil



Quadro 6: Conteúdos programáticos da área da Representação da informação por assunto do plano do Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Média (2007/2015¹⁵ e dos mestrados em Ciência da Informação (iniciados em 2011 e em 2015)¹⁶

Organização da informação e do conhecimento digital
1. Organização do conhecimento: conceitos fundamentais 1.1. A origem e utilização dos sistemas de organização do conhecimento; 1.2. Características dos sistemas de organização do conhecimento. 2. Sistemas de organização do conhecimento e a sua aplicação a bibliotecas e arquivos digitais 2.1. Planeamento; 2.2. Análise de necessidades; 2.3. Infraestrutura; 2.4. Implantação e manutenção; 2.5. Interação com o utilizador. 3. Ordem e desordem na organização do conhecimento: da classificação centralizada à distribuída 4. A Web semântica: visões e instrumentos 4.1. <i>Open data</i>; 4.2. <i>Linked data</i>; 4.3. Metadados e protocolos para a interoperabilidade.

Com a extinção deste mestrado e a entrada em funcionamento de um novo, sob a designação de Mestrado em Ciência da Informação, no ano letivo de 2011/2012¹⁷, que apresentou um novo plano de estudos, a unidade curricular Organização da informação e do conhecimento digital, manteve-se, assim como os conteúdos programáticos.

A Reforma de Oferta Formativa da Faculdade de Letras (2014) deu origem a um novo mestrado¹⁸ com a mesma designação, mas cujo plano de estudos sofreu significativas alterações, mantendo-se esta unidade curricular e os seus conteúdos programáticos.

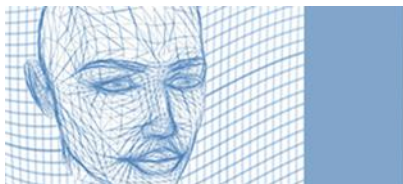
O curso de Doutoramento em Ciência da Informação¹⁹, cujo propósito essencial é proporcionar um conjunto de conhecimentos teóricos que permita incentivar a reflexão crítica sobre o papel da Ciência da Informação nas sociedades ditas do Conhecimento e da Informação, contempla esta área na unidade curricular Organização e gestão do conhecimento. Os seus conteúdos em particular no que respeita à organização do conhecimento, no qual se integra a Representação da informação por assunto, incidem sobre questões que se prendem com interoperabilidade de linguagens em sistemas concebidos em ambientes de

Simões, Maria da Graça de Melo. Representação da informação por assunto: do curso de bibliotecário arquivista à licenciatura, mestrado e doutoramento em ciência da informação na Universidade de Coimbra.

I EnReDo – Encontro de Representação Documental – 2017

Universidade Federal de São Carlos

São Carlos / SP / Brasil



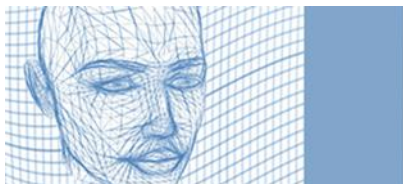
inteligência artificial, assim como com sistemas de organização do conhecimento, em especial aqueles que privilegiam a informação estruturada: as taxonomias e as ontologias (ver quadro 7). São também considerados os conteúdos relativos à indexação colaborativa em ambientes Web, o que revela o ajustamento dos temas abordados à dinâmica da sociedade contemporânea.

Quadro 7: Conteúdos programáticos da área da Representação da informação por assunto no plano do Doutorado em Ciência da Informação (2015-...)

Organização e gestão do conhecimento
1. Estruturas de organização do conhecimento: princípios e processo de produção 2. Da indexação institucional à indexação colaborativa em ambientes Web 3. Interoperabilidade nas estruturas de organização do conhecimento 4. Análise e crítica dos processos de gestão do conhecimento 5. Fluxos de informação, sistemas <i>workflow</i> e gestão de processos em ambientes colaborativos 6. A organização do conhecimento corporativo em ambientes partilhados.

Pelo exposto, infere-se que a área da Representação da informação por assunto nos planos curriculares dos cursos de Bibliotecário Arquivista, Especialização em Ciências Documentais e nas licenciaturas em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica e Ciência da Informação, assim como nos mestrados e doutoramento criados e desenvolvidos na área da Ciência da Informação foram ajustando os seus conteúdos programáticos de modo flexível às dinâmicas sociais, políticas, económicas, educacionais, culturais e tecnológicas.

Outra inferência a registar prende-se com o ajustamento dos conteúdos programáticos aos paradigmas enunciados por Capurro (2003). Nos dois primeiros cursos identifica-se o paradigma físico, no qual é dada relevância ao documento, como algo que é tangível, num contexto positivista e empirista, realçando-se a importância dos conteúdos técnicos e profissionalizantes, com vista ao tratamento do documento. A própria designação do Curso de Especialização em Ciências Documentais denuncia essa preocupação. As licenciaturas, mestrados e doutoramento articulam-se com o paradigma cognitivo e com o paradigma social, contextualizados numa sociedade pós-moderna, tecnológica, numa sociedade, que

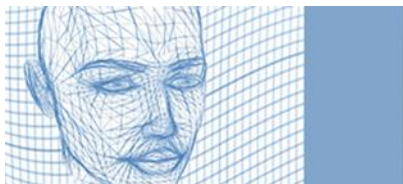


se diz da informação já madura, cujo enfoque é a informação, o seu acesso e uso, numa dinâmica de fluxos informacionais que se desenvolvem em morfologias conceituais amplas associadas à análise do domínio.

Nestas fases, que são evidentes, não se observa rutura nos conteúdos, mas sim uma continuidade paulatina, que se orienta através de um eixo estruturante que conduz de conteúdos empíricos para conteúdos de natureza teórico-metodológica e epistemológica; em suma, no sentido de um saber fazer para um saber pensar, não descurando a parte empírica da área.

Notas

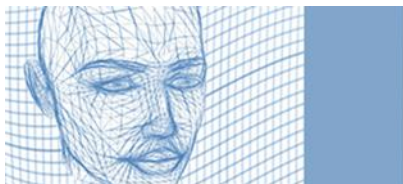
- [1] Ver: <http://www.enc-sorbonne.fr/>
- [2] Ver: Diário do Governo. Lisboa. 3 (4 Jan. 1888) 18-21.
- [3] História Pátria e Universal; Filologia Comparada ou Ciência da Linguagem; Literatura Latina e Grega; Literatura Moderna da Europa.
- [4] Ver: Diário do Governo. Lisboa. 3 (4 Jan. 1888) 18-21.
- [5] História Pátria e Universal; Filologia Comparada ou Ciência da Linguagem; Literatura Latina e Grega; Literatura Moderna da Europa.
- [6] O número das disciplinas não técnicas, assim como a sua designação, são sensivelmente os mesmos. Quanto à estrutura, não se observam alterações significativas. Ver: Diário do Governo. Lisboa, nº 140 (18 de Junho) 1913.
- [7] Ver: Decreto-Lei no 87/82 de 13 de Julho.
- [8] O facto de se ter desativado neste ano deveu-se a inexistência de inscrições de estudantes, o que leva a que até hoje (2017) não tenha sido extinto.
- [9] Ver: Portaria nº 443/83 de 19 de Abril.
- [10] O levantamento dos conteúdos programáticos foi realizada a partir dos livros de sumários que se encontram na Secretaria da Faculdade de Letras.
- [11] O CECD continua a ser ministrado em paralelo.



- [12] Volume 1: Competências e aptidões dos profissionais europeus de Informação-Documentação (CONSELHO EUROPEU DAS ASSOCIAÇÕES DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO [ECIA], 2005)
- [13] Informação (I) – 65 ECTS; Tecnologias da Informação (T) – 20 ECTS; Gestão (M) – 20 ECTS; Comunicação (C) – 5 ECTS; Outros saberes (S) – 50 ECTS.
- [14] Ver: Diário da República, 2ª série, nº 60 de 26 de março de 2008 (Despacho nº 8846/2008).
- [15] No ano de 2015, defendeu-se a última dissertação deste Mestrado.
- [16] O Mestrado de 2011 ainda continua em aberto, dado o facto de existirem estudantes que não concluíram a tese; o de 2015 é o mestrado em funcionamento.
- [17] Ver: Diário da República, 2ª série nº 121 de 26 de junho de 2013 (Despacho nº 8342/2013).
- [18] Ver: Diário da República, 2ª série nº 138 de 20 de julho de 2016 (Despacho nº 9275/2016).
- [19] Ver: Diário da República, 2ª série nº 137 de 19 de julho de 2016 (Despacho nº 9205/2016).

Referências

- ANDERSON, James D; PÉREZ-CARBALLO, José. The nature of indexing: how humans and machines analyze messages and texts for retrieval. Part I: Research, and the nature of human indexing. **Information Processing & Management** v. 37, n. 2, p. 231–254, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0306457300000261>>. Acesso em: 16 maio 2017.
- BELL, Hazel K. Indexing fiction: a story of complexity. **The Indexer** v. 17, n. 4, p. 251–256, 1991. Disponível em: <http://www.theindexer.org/files/17-4/17-4_251.pdf>.
- CAPURRO, Rafael - "Epistemologia e ciência da informação: atas do **V Encontro nacional de Pesquisa em Ciência da Informação...** Belo Horizonte, 2003". Belo Horizonte, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A Era da informação: economia, sociedade e cultura.** Tradução Roneide Venâncio Majer. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em:



<https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/392268/mod_resource/content/1/ASociedadeEmRedesVol.I.pdf>. 85-219-0329-4. Acesso em: 16 maio 2017.

COATES, Sylvia. Subject knowledge – how it helps take care of the business. **The Indexer** v. 28, n. 4, p. 173–175, 2010. Disponível em: <http://www.sylviacoates.com/uploads/1/2/6/2/12627563/coates_subject_knowledge.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

COLLISON, Robert Lewis. **Abstracts and abstracting services** Includes index.Bibliography: p. 108-113. Santa Barbara: ABC-Clio, 1971. 122 p. .0874360781.

CONSELHO EUROPEU DAS ASSOCIAÇÕES DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO [ECIA]. **Euro-referencial I-D, Vol. 1: competências e aptidões dos profissionais europeus de Informação-Documentação & Vol. 2: Níveis de qualificação dos profissionais europeus de Informação-Documentação**. Lisboa: INCITE – Associação Portuguesa para a Gestão da Informação, 2005. Disponível em: <<http://www.bahop.min-economia.pt/apresentacao>>. Acesso em: 16 maio 2017.

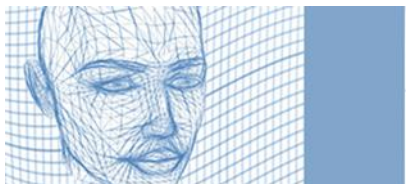
FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação** v. 1, n. 1, p. 60, 3 dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2089>>. Acesso em: 16 maio 2017.

HODGE, Gail. **Systems of knowledge organization for digital libraries: beyond traditional authority files**. Washington, D.C.: The Digital Library Federation Council on Library Information Resources, 2000.

HJORLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization** v. 35, n. 2/3, p. 86–101, 2008. Disponível em: <https://is.muni.cz/el/1421/jaro2016/VIKBA06/um/56249939/HJORLAND__Birger._What_is_knowledge_organization__KO_.pdf>.84-7800-709-1>. Acesso em: 16 maio 2017.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO. *Documentation -- Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms*. **ISO 5963:1985**. Geneva: ISO. Disponível em: <<https://www.iso.org/standard/12158.html>>. , 1985

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - ISO. *Information and documentation -- Thesauri and interoperability with other vocabularies -- Part 1: Thesauri for information retrieval*. **ISO 25964-1:2011**. Geneva: ISO. Disponível em: <<https://www.iso.org/standard/53657.html>>. Acesso em: 16 maio 2017.



LARA, Marilda Ginez de. Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes de organização do conhecimento. **Encontros Bibli**, v. 20, n. esp. 1, p. 89-107, Fev., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20nesp1p89/28637>>. Acesso em: 16 maio 2017.

MARCOS, Isabel Marques. Que futuro para o ensino da ciência da informação em Portugal? **Páginas A&B** v. 3 S., n. 5, p. 3–21, 2016. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/1469>>. Acesso em: 16 maio 2017.

MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação** v. 29, n. 2, p. 78–88, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2>>. Acesso em: 16 maio 2017.

ORTEGA, Cristina Dotta; DE LARA, Marilda Lopes Ginez. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação** v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/index.php/article/download/12626>>. Acesso em: 16 maio 2017.

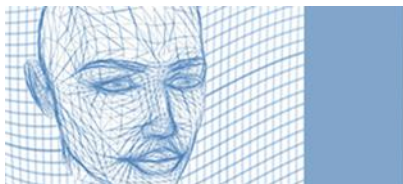
OTLET, Paul. **Traité de documentation: Le livre sur le livre: Théorie et pratique**. Bruxelles: Ediciones Mundaneum Palais Mondial, 1934. 6-42 p. Disponível em: <http://lib.ugent.be/fulltxt/handle/1854/5612/Traite_de_documentation_ocr.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

PINTO, Maria Manuela Gomes De Azevedo. *A Formação em informação e documentação: Portugal na contemporaneidade*. **Formação, investigação e mercado de trabalho em Informação e Documentação em Espanha e Portugal**. Salamanca: EDIBCIC. Disponível em: <https://sigarra.up.pt/faup/pt/PUB_GERAL.PUB_VIEW?pi_pub_base_id=72542>. Acesso em: 16 maio 2017.

RIBEIRO, Fernanda. Um modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha: o caso da Universidade do Porto. **Cadernos BAD** v. 1, p. 16–27, 2006. Disponível em: <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12006/CadBAD1_06_FernandaRibeiro.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

SCHUR, H. **La formation des spécialistes de l'information pour les années 1970**. Paris: OCDE, 1973.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das “ciências” documentais à**



ciência da informação: Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2008. 174 p. .972-360622-4.

SILVA, Maria dos Remédios Da; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas.

Transinformação v. 16, n. 2, p. 133–161, ago. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862004000200003&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 16 maio 2017.

SKOLNIK, Herman. Historical Development of Abstracting. **Journal of Chemical Information and Computer Sciences** doi: 10.1021/ci60020a008, v. 19, n. 4, p. 215–218, 1 nov. 1979. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1021/ci60020a008>>. Acesso em: 16 maio 2017.

SOUZA, Francisco Das Chagas De. **Organização do conhecimento na sociedade.** Florianópolis: Núcleo de Publicações UFSC, 1998. 107 p. 1 v. (Cadernos CED). .

UNISIST: Principes d'indexation. Paris: UNESCO, 1975. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000164/016443FB.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2017.

WITTY, Francis J. The Beginnings of Indexing and Abstracting. **The Indexer** v. 8, n. 4, p. 193–198, 1973. Disponível em: <https://www.theindexer.org/files/08-4/08-4_193.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.